



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

**PROCESSO Nº:** 29037/2018 – e

**ORIGEM:** POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL (PMDF)

**ASSUNTO:** PENSÃO MILITAR

**EMENTA:** 1) **Pensão militar** instituída pelo ex-Soldado PM JOSÉ SEVERINO DA SILVA FILHO, não optante pela contribuição específica de 1,5% da remuneração/proventos, falecido na inatividade<sup>1</sup>, em favor de MARIA JOSÉ COSTA DA SILVA (viúva). Ato incluído no módulo Concessões do SIRAC sob o nº 1472-1. 2) **Decisão nº 5507/18:** diligência. 3) Cumprimento insatisfatório. 4) **Decisão 1340/19:** nova diligência. 5) **Nesta fase:** análise do cumprimento da última decisão citada. **Sefipe** e **Ministério Público** com pareceres uniformes: necessidade de outra diligência. 6) **Voto convergente.**

## RELATÓRIO

Cuida este processo de pensão militar instituída pelo ex-Soldado PM JOSÉ SEVERINO DA SILVA FILHO, não optante pela contribuição específica de 1,5% da remuneração/proventos, falecido na inatividade, em favor de MARIA JOSÉ COSTA DA SILVA (viúva).

A concessão está fundamentada do artigo 42, § 2º, da Constituição Federal (com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, datada de 19 de

---

<sup>1</sup> O instituidor da pensão militar fora reformado ex officio por incapacidade física definitiva decorrente de acidente ou doença, moléstia ou enfermidade sem relação de causa e efeito com o serviço, conforme anotações desta Corte de Contas (Cf. ficha da concessão juntada ao Processo nº 832/85, no sistema e-TCDF). A reforma, com proventos proporcionais, foi considerada legal na S.O. nº 2305, de 03.04.86.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

dezembro de 2003), c/c os arts. 37, inciso I, 39, § 1º, e 53 da Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002.

O respectivo ato fora incluído no módulo Concessões do Sirac sob o nº 1472-1.

Na Sessão Ordinária nº 5087, de 13.11.18, o Tribunal, após apreciar o feito, assim deliberou:

**DECISÃO Nº 5507/2018**

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – determinar à PMDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as seguintes providências: 1) em se confirmando as informações trazidas pelo Controle Interno com relação ao tempo de serviço do ex-militar, em especial quanto à existência de 1888 dias de serviço público estadual averbados pela Corporação, os quais equivocadamente estariam sendo aproveitados para fins de ATS, notificar a Sra. Maria José Costa da Silva para, caso tenha interesse, apresentar a esta Corte de Contas (com ciência à PMDF desse fato), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação recebida, razões de defesa com vistas a evitar o iminente decréscimo do valor do seu benefício; 2) juntar à aba “Anexos e Observações” cópia digitalizada do demonstrativo de tempo de serviço do ex-militar, assim como de todas as certidões de tempo de serviço utilizadas em sua reforma; 3) proceder às correções e aos registros devidos nas abas “Proventos”, “Histórico” e “Tempos”, da seguinte forma: a) na aba “Proventos”, indicar a proporcionalidade dos proventos no campo próprio, bem como corrigir, se for o caso, o percentual da rubrica ATS; b) na aba “Histórico”, alterar o Campo “Paridade” para “Sim”; c) na Aba “Tempos”, promover as correções e os registros decorrentes do cumprimento do subitem 1; II – autorizar: 1) à PMDF postergar a correção no SIAPE do valor da rubrica ATS devido à pensionista, até a apreciação do mérito das eventuais razões de defesa, caso apresentadas, ou até o término do prazo de 30 dias da notificação para sua apresentação; 2) o retorno dos autos à Sefipe, para a adoção das providências de praxe.*

Ato contínuo, diante da insuficiência das medidas adotadas pela Corporação, o Tribunal determinou a baixa dos autos em nova diligência, nos termos da Decisão n.º 1340/2019. Vejamo-la:

**DECISÃO Nº 1340/2019**

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – ter por parcialmente cumprida a Decisão nº 5507/18; II – determinar à PMDF que,*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

*no prazo de 30 (trinta) dias, adote as seguintes providências: 1) ajustar a Aba "Tempos" ao Demonstrativo de Tempo de Serviço (DTS) do militar, atentando para o fato de não serem computáveis para ATS os 1888 dias de serviço público estadual então averbados; 2) na Aba "Proventos", registrar a proporcionalidade dos estipêndios a que faz jus a interessada; 3) na Aba "Anexos e Observações", juntar as certidões que embasaram as averbações que constam do DTS aludido no subitem 1 (acima).*

Nesta fase processual, analisa-se o cumprimento dessas últimas determinações da Corte. A propósito, a Sefipe, no essencial, assim se manifesta:

*17. Verifica-se que o item II-1 foi atendido a contento.*

*18. Por outro lado, os itens II-2 e II-3 não foram atendidos e o descumprimento não foi explicado. A Jurisdicionada limitou-se a informar: "Em cumprimento a Decisão 1340/2019 TCDF- A mesma foi realizada com sucesso, observando as questões apontadas, como por exemplo o fato de não serem computáveis para ATS os dias de serviço público estadual".*

*19. Ademais, verifica-se que um dos arquivos constantes da Aba "Anexos e Observações" (TEMPO DE SERVIÇO JOSE SEVERINO DA SILVA FILHO.pdf) na tramitação anterior (vide PDF na Aba "Tramitação do Ato") foi excluído.*

*20. Assim, necessário baixar o ato em diligência interna para que a diligência plenária seja complementada e o arquivo anexado novamente.*

*21. Além disso, pode-se questionar se o recadastramento foi efetuado no aniversário da pensionista, em outubro de 2019, conforme necessidade apontada no site da PMDF, por meio da notícia publicada em dia 22/11/18:*

**"RECADASTRAMENTO PARA POLICIAIS MILITARES INATIVOS E PENSIONISTAS DA PMDF**

**(<http://www.pmdf.df.gov.br/dipc/index.php/recadastramento-de-inativos-e-pensionistas>)**

*O Recadastramento 2019 para policiais militares inativos e pensionistas já começou. A unidade responsável pelo recadastramento de policiais militares inativos e pensionistas na PMDF é a Diretoria de Inativos, Pensionistas e Civis (DIPC). Todos os policiais militares da reserva remunerada, reformados e pensionistas da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF são obrigados a se recadastrar. O recadastramento é anual e ocorrerá sempre no mês do aniversário do beneficiário, com início em janeiro de 2019. Será facultado ao beneficiário antecipar o recadastramento em até 30 dias, podendo fazê-lo no mês imediatamente anterior ao do aniversário (a regra não vale para o mês posterior ao aniversário!). A partir de 2019 o recadastramento será realizado no sistema SGPOL (...) O recadastramento 2019 está sendo realizado em duas fases. (...) A primeira fase deve ser feita on-line, pelo próprio beneficiário no endereço*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

*eletrônico sgpol.pm.df.gov.br. Na segunda fase o beneficiário deverá comparecer pessoalmente na DIPC, para validar o cadastramento. (...) Aqueles beneficiários que residem fora do Distrito Federal ou fora do Brasil poderão fazer o cadastramento a distância ou por meio de procurador. Nestes casos deverão fazer prova de vida e anexar o documento no sistema via upload. (...) O beneficiário que não realizar o cadastramento anual no prazo previsto poderá ter seus proventos e a assistência médico-hospitalar suspensos. (...) Os beneficiários que estiverem acamados, internados em hospital ou impossibilitados de comparecerem na DIPC por motivo de doença, poderão fazer o cadastramento por meio de terceiros, desde que apresentem relatório médico atualizado constando tal estado. (...) Os servidores da DIPC não estão autorizados a fazerem o cadastramento para policiais militares inativos e pensionistas. O beneficiário deve preencher todas as informações solicitadas pelo sistema, na fase virtual, em casa".*

**SUGESTÃO**

*22. Em razão do exposto, sugere-se determinar à Jurisdicionada que, no prazo de 30 (trinta) dias, no SIRAC:*

*a) na Aba "Proventos" registre a proporcionalidade dos estipêndios a que faz jus a interessada;*

*b) na Aba "Anexos e Observações"*

*1) junte:*

*1.1) as certidões que embasaram as averbações que constam da Aba "Tempos"; e*

*1.2) cópia digitalizada do demonstrativo de tempo de serviço do ex-militar, a qual já havia sido cadastrada, mas foi excluída dessa Aba na última tramitação;*

*2) esclareça se a pensionista passou pelo cadastramento no SGPOL, em outubro de 2019.*

O Ministério Público endossa a sugestão do Corpo Técnico.

É o relatório.

**VOTO**

Acolhendo, sem prejuízo de ligeiros ajustes, as manifestações uniformes do Corpo Técnico e do *Parquet* como razões de decidir, Voto no sentido de que o Plenário:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

**I** - tenha por parcialmente cumprida a Decisão n.º 1340/2019;

**II** – determine à PMDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as seguintes providências:

**1)** na Aba "Proventos", registre a proporcionalidade dos estípidios a que faz jus a interessada;

**2)** na Aba "Anexos e Observações":

**a)** junte:

**i)** as certidões que embasaram as averbações que constam da Aba "Tempos";

**ii)** cópia digitalizada do demonstrativo de tempo de serviço do ex-militar (indevidamente excluída dessa aba na última tramitação);

**b)** esclareça se a pensionista passou pelo recadastramento no SGPOL, em outubro de 2019;

**III** - autorize a devolução deste feito à Sefipe, para a adoção das providências de praxe.

Sala das Sessões, 08 de abril de 2020.

**PAULO TADEU**  
**Conselheiro-Relator**